

MULHERES ALFORRIADAS E O TRABALHO NO IMPÉRIO ROMANO

UMA LEITURA A PARTIR DA EPIGRAFIA LATINA

Catarina de Faria Rodrigues¹

Filipe N. Silva²

RESUMO: Este artigo discute a atuação laboral das libertas no Império Romano a partir da epigrafia latina. Tem-se por intenção avaliar as contribuições das teorias feministas para os Estudos Clássicos, e ressaltar sua importância para a construção de uma História Antiga que possa e deva reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres. Assim sendo, propõe-se a leitura de inscrições funerárias latinas de mulheres egressas da escravidão. Nesta empreitada, interessa-nos evidenciar a contribuição social e econômica das mulheres para além da exclusão proposta pela escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia feminista. Mulheres. Trabalho. Império Romano. Epigrafia Latina.

ELIGIBLE WOMEN AND WORK IN THE ROMAN EMPIRE

A READING FROM THE LATIN EPIGRAPHY

ABSTRACT: This paper discusses the freed women's labour in the Roman Empire based on Latin epigraphy. It is here intended to evaluate the contributions of feminist theories to the Classical Studies, and highlight its importance for the construction of an Ancient History which can and should recognize and value the historical experience of women. Thus, it is proposed

¹ Bolsista FAPESP de Iniciação Científica, IFCH/Unicamp. E-mail: c214482@dac.unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4440-2525>>.

² Professor Colaborador IFCH/Unicamp. E-mail: fnsilva@unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>>.

the reading of Latin funerary inscriptions of women egressed from slavery. In this endeavor, we are interested in highlighting the women's social and economic contribution beyond the exclusion proposed by slavery.

KEYWORDS: Feminist Archeology. Women. Work. Roman Empire. Latin Epigraphy.

I. TRABALHO, GÊNERO E ANTIGUIDADE

Tangenciado pela escravidão, o trabalho assumiu variadas formas entre os romanos. Urbana ou rural, livre ou compulsória, a atividade laboral era parte fundamental do cotidiano de mulheres e homens que não usufruíam dos prazeres e benefícios exaltados pelos poucos que viviam no *otium* (SILVA; FUNARI, 2021). Ainda que a agricultura, ao menos nos escritos de Catão (*Agr.* pr. I), fosse enaltecida e admitida sob a boa reputação de formar homens e soldados duros e vigorosos, o trabalho manual, o serviço remunerado e as atividades comerciais, no entanto, foram, em sua maioria, desqualificados e associados à desonestidade e à servidão por vários escritores romanos. Cícero, por exemplo, em sua obra *De Officiis* (1.150), reprovava e caracterizava como indignos e sórdidos, entre outras ocupações, o comércio e os ofícios dos *fartores* (salsicheiros), *coqui* (cozinheiros) e dos *lanii* (açougueiros). De maneira similar, Sêneca (*Ep.* 88. 21), anos mais tarde, lamentava a ausência de virtude nos trabalhos manuais realizados pelos artesãos, qualificando-os como sórdidos e vulgares.

Desprovido do conceito abstrato de trabalho inaugurado pelo capitalismo (VERNANT, 1990; KNUST, 2019; SILVA; FUNARI, 2021), o vocabulário latino associado à atividade laboral congrega a ideia de esforço, sofrimento e fadiga (*labor*), mas também a ideia de “obra”, “tarefa” a ser cumprida (*opera*). Assim como ocorre com os vocábulos *industria* e *ars*, por exemplo, a amplitude semântica dessas palavras extrapola o âmbito da esfera produtiva, e poderia

se referir à energia física empregada na guerra, no parto (THOMAS, 2004, p.03) e até mesmo na realização de uma cerimônia religiosa (MEILLET; ERNOUT, 1951, p.826). A análise filológica (AGAMBEN, 2005) dos termos latinos associados às profissões, sobretudo a partir da documentação epigráfica, tem possibilitado uma compreensão relacional entre as diversas especializações profissionais desempenhadas pela população de Roma e das províncias do Império (JOSHEL, 1992; PEREZ GONZÁLEZ, 2021).

Visto que “A língua é um dos grandes elementos culturais que nos permitem rastrear as questões de gênero” (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 18), as abordagens sobre o trabalho na Antiguidade a partir das teorias de gênero são igualmente inovadoras (SCOTT, 1995), tanto no que concerne à atividade laboral das mulheres, em geral (FUNARI, 1995; FEITOSA, 2005; DUPRAT, 2017), quanto das escravizadas e libertas, em particular (RUBIERA CANCELAS, 2014; SILVA, 2021). Além de admitir que a divisão social do trabalho entre os sexos decorre das relações de poder de uma dada sociedade, as teorias de gênero também denunciam a arbitrariedade inerente à separação e à hierarquização (DÍAZ-ANDREU, 2019, p.51) das ocupações destinadas a homens e mulheres no presente e no passado (KERGOAT, 2009). Em consonância com tais preceitos, propomos, a seguir, uma pequena análise sobre a atuação laboral das libertas no Império Romano dos primeiros séculos.

II. FEMINISMO: HISTORIOGRAFIA E ESTUDO DA ANTIGUIDADE

A História científica se desenvolveu, a princípio, sob a égide de um saber factual e positivista: a partir de fontes oficiais, o objetivo central era entender “a verdade” sobre o passado dos grandes sujeitos históricos. Essa premissa, porém, aos poucos foi se desconstruindo, pois começou a se notar

que a própria escrita da História seria penetrada “por relações de poder, construída a partir de interesses marcados, sejam eles identitários, étnicos ou ideológicos” (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, pp. 102-103). Inclusive, essa hierarquização enraizada na lógica acadêmica contribui com o que María Lugones (2014, p. 935) entende por um pensamento capitalista e colonial moderno sobre temas estigmatizados como raça, gênero e sexualidade.

Como exemplo disso, pode-se mencionar os estudos clássicos, cujas raízes conservadoras e hierárquicas se formaram em consonância com os projetos de nacionalismo dos Estados em formação e com a própria ideia de uma identidade ocidental (SILVA, 2005). Como apresentado por Paulo Pires Duprat e Pedro Paulo Funari (2020, p. 16), “as ‘histórias’ trazem versões que são as opiniões, valores e motivações dos vencedores e não contemplam a versão dos vencidos”. Os estudos clássicos, incentivados também pela Arqueologia — que já foi muito marcada pela objetividade e por metodologias positivistas —, assim, parecem ter se atrasado frente às demais áreas da historiografia em uma imersão de autorreflexão sobre os grupos considerados subalternos (RIBEIRO, 2017, p. 211).

Essa lógica categorial dicotômica e hierárquica, porém, aos poucos foi se desconstruindo dentro de uma nova historiografia. Para Margareth Rago (1999, p.76), as obras de Walter Benjamin, Michel Foucault e E.P. Thompson contribuíram, no Brasil, a partir de suas traduções e divulgações, para uma renovação na produção historiográfica, também, fazendo com que a História Social, novo espaço de metodologia histórica, pensasse nos sujeitos até então marginalizados. Apesar de análises como as de Thompson, por exemplo, serem voltadas a operários e populares, a mesma metodologia desenvolvida e utilizada por ele pode ser também base para outros escopos, já que a perspectiva cultural implica na “história vista de baixo” (IGGERS, 2010, p. 110). Para Funari e Garraffoni:

Na virada do século XX para o XXI, os estudos clássicos passaram por intensas transformações. (...) geração de estudiosos preocupados com a revisão de conceitos consagrados, de críticas a modelos interpretativos de cunho normativo, além das múltiplas propostas de novos temas a serem explorados (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 102)

Além disso, a nova historiografia também retira os agentes históricos de posição de heroísmo, mostrando-os de forma mais complexa e humana (RAGO, 1999, p. 94), permitindo reabilitar os subalternos em um desenrolar histórico. A busca pela pluralização dos sujeitos históricos, inclusive, acatou na libertação de certas hierarquias enraizadas na sociedade, como no agenciamento feminino, tendo em vista que até pouco “as mulheres foram ‘escondidas da história’” (DUPRAT; FUNARI, 2020, p. 01).

Os projetos e movimentos feministas vigentes a partir da década de 1960 queriam modificar a condição da mulher na sociedade através da demanda pelos direitos sociais. A partir da década de 1980, essa demanda se tornou um “fazer política” mediante estudos e projetos acadêmicos, juntando-se às ciências e técnicas de análise diversas à crítica e ao método científico. Michelle Perrot, por exemplo, com seus projetos da década de 1980, buscou privilegiar esse novo sujeito historiográfico pouco estudado até o momento, a mulher (RAGO, 1998). Como proposto por Margarita Díaz-Andreu (2019):

(...) o interesse pelos estudos sobre as mulheres surgiu no final da década de 1960, inserido nas lutas pelos direitos civis de diversos grupos e que viria a ser denominada *segunda onda do feminismo* (a primeira refere-se às sufragistas)” (DÍAZ-ANDREU, 2019, p. 98 - grifos da autora).

O feminismo na História se liga diretamente a vertentes de História Social e Cultural, por colocar em xeque certas estruturas pré-estabelecidas e entender as resistências/dominações políticas pautadas no gênero. Como proposto por Georg Iggers (2010, p. 107), as renovações historiográficas também vêm atreladas ao descontentamento com as consequências do mundo proposto pelo Ocidente. Ou seja, se, hoje, busca-se o agenciamento feminino, é porque este não foi analisado, no passado, pelos estudos clássicos. Está expressa a recusa de acesso ao poder: as mulheres eram marginalizadas, assim como outros grupos também podiam passar pelo mesmo, como os homens escravizados, estrangeiros ou com outro estatuto social (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 18).

Rago (1998) expressa ainda que “o feminismo propõe *uma nova relação entre teoria e prática*” (p. 11 - grifos da autora), pois, ao se colocar contra o positivismo, vai interagindo e se combinando ao longo do percurso historiográfico, sem visar a um conhecimento verdadeiro e neutro. Ademais, é importante ressaltar o caráter científico que essa disciplina tem, para que não a vejamos como um discurso crítico não fundamentado. E, apesar de saber que ela contém uma continuidade ao conhecimento dominante e tradição científica da área (RIBEIRO, 2017), também traz certas rupturas (RAGO, 1998, p. 03). Para Belo:

Para concluir, pode-se dizer que no início do século XXI a História e a Arqueologia já sofreram várias transformações em sua atitude interpretativa. Um exemplo é a Arqueologia feminista, de gênero, *queer* ou de diversas subjetividades que estão em alta nos estudos mais atuais (Carvalho & Funari, 2009), além da História Cultural que cada vez mais abre as portas para esse tipo de pesquisa (BELO, 2011, p. 11 - grifos da autora).

No caso da historiografia das mulheres romanas, é necessário citar, em primeiro lugar, que as mesmas não devem ser referidas de forma genérica, “já que especificidades históricas e geográficas deveriam ser, também, consideradas pelos que se dedicam ao estudo das relações de gênero” (FUNARI, 1995, p. 191). Trata-se de um contexto amplo, em várias áreas e condições. Assim, a multiplicidade nunca deve ser reduzida: a experiência de cada um o molda de acordo como ser dentro de uma certa sociedade, a qual não deve ser categorizada frente a outras. A própria História do Império Romano tem passado por revisões, sendo repensada a partir de suas relações de gênero, questões étnicas, identidades, entre outros. Para Funari e Garraffoni: “À luz da teoria social da nossa época, o mundo romano parece muito mais variado e contraditório, sempre aberto a leituras também diversificadas, mas sempre muito significativas para nossos próprios dias” (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 117).

Em termos do estudo de gênero, é essencial ainda deixar claro que uma atenção redobrada se faz vital, a fim de que não se sobreponham os ideais e pensamentos das sociedades modernas sobre o de outros povos passados (RIBEIRO, 2017, p. 213). Como exemplo disso, pode-se citar que a construção das relações de gênero nas antigas civilizações era baseada na relação de grupos ou comunidades específicas (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 17), o que difere do nosso entendimento atual desta construção. Tratar sobre gênero é reconhecer o “direito de todos os indivíduos, a conquista do espaço social, o sair do silêncio e dar margens” (FUNARI; MARQUETTI, 2019A, p. 09). Trata-se de uma renovação radical e que redimensiona os próprios olhares sobre os homens, em nova perspectiva epistemológica, sem serem mais sujeitos universais e topo de uma hierarquização. Não se pode, assim, entender que os corpos são apenas condicionados pela natureza (ou

seja, pelo biológico), já que dentro de uma sociedade, a cultura desta os molda.

Entende-se que “as mulheres romanas, geralmente, tinham um poder limitado dentro de uma sociedade governada por homens, porém elas podiam ter riqueza e ser influentes” (BELO, 2011, p.02). Para Feitosa e Rago (2008):

O ideal de beleza preconizado pela elite romana define a bela mulher como aquela de pele alva, belas formas, peso moderado, estatura alta, cabelos longos, elegante, delicada e culta. Dela espera-se a virgindade, a castidade, a procriação e a fidelidade ao esposo (FEITOSA; RAGO, 2008, p.112).

De fato, essa imposição hegemônica sob o “ser” feminino reinou por muito tempo, mas não significa a inexistência de inúmeros casos de transgressão a este molde. Funari (1995), por exemplo, faz análise de inscrições romanas feitas por mulheres, as quais também destacam que as mulheres não seguiam a norma padrão estabelecida há tão pouco tempo: liberdade sexual, mulheres que são musicistas, que insultam (ou, melhor, que escrevem sátiras), com comemorações de aniversário próprias, entre outras práticas. Da mesma forma, são alguns destes casos de agenciamento e protagonismo que buscaremos aqui analisar, com ênfase, sobretudo, em sua contribuição para a vida cultural e econômica no Império Romano.

III. A EPIGRAFIA E O ESTUDO DAS MULHERES ROMANAS

A fim de evidenciarmos a experiência histórica das mulheres no Império Romano, o recurso à cultura material, como já demonstrado por Funari (1995) e Feitosa (2005), pode mesmo ser considerado imprescindível. Há exato um século, Mikhail Rostovtzeff (1922), de maneira pioneira, destacava

a importância do artefato arqueológico para o estudo da Antiguidade. Visto que a produção textual antiga esteve restrita a grupos sociais abastados (BOTTÉRO, 1995), a ampliação documental em prol da cultura material permitiu, de acordo com Garraffoni (2008), a escrita de uma História Antiga voltada aos diversos grupos sociais desprovidos de pleno direito: “A leitura de fontes diversas, dentre elas a arqueológica, tem possibilitado questionar as projeções e idealizações apresentadas pelas e para as elites, em documentos aristocráticos, como comportamentos legítimos e aceitos pelos demais” (FEITOSA; RAGO, 2008, p. 112).

Para o estudo das mulheres escravizadas e libertas no Império Romano, que viveram sob um duplo critério de sujeição social (RUBIERA CANCELAS, 2014), a utilização da documentação epigráfica, transmitida de maneira direta da Antiguidade, possibilita um conhecimento menos arbitrário sobre esse grupo social. Apesar de seu manifesto valor histórico, a tradição textual, não raro, apresenta perspectivas favoráveis à escravização e quase sempre oferece estereótipos que desabonam as pessoas escravizadas e/ou egressas da servidão (JOSHEL, 1992; MOURITSEN, 2011; RUBIERA CANCELAS, 2014; SILVA, 2021). No que se refere ao trabalho, em particular, as inscrições — sobretudo funerárias — de libertas e libertos sugerem uma relação de valorização das ocupações (JOSHEL, 1992; SILVA; FUNARI, 2021): perspectiva distinta, portanto, daquela preconizada por Cícero (*De Officiis*. 1.150), Sêneca (*Ep.* 88. 21), e outros escritores antigos. Como observou Joly (2013):

Trabalhar para alguém a fim de prover o próprio sustento era considerado digno de um escravo. No entanto, se para as camadas altas o trabalho manual era algo valorado negativamente, o mesmo não ocorria para aquelas que dela se valiam. Fazia parte da cultura dos libertos uma certa ética do

trabalho no sentido de que este era considerado positivamente, uma vez que lhes permitiu ascender socialmente. As estelas funerárias de ex-escravos trazem claramente esta mensagem, que na literatura produzida pela elite é pouco usual (JOLY, 2013, p.86).

Em relação à metodologia de análise dos vestígios arqueológicos — bem como da historiografia feminista —, porém, é necessário ressaltar que “a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados (...) A realidade já não cede à teoria” (RAGO, 1998, p.17). Ou seja, primeiro deve-se coletar as evidências, as quais moldarão, num momento posterior, uma hipótese ou entendimento (FUNARI, 1995).

IV. AS LIBERTAS E O TRABALHO NO IMPÉRIO ROMANO: UMA LEITURA A PARTIR DA EPIGRAFIA LATINA

A análise de inscrições permite a reconstrução de saberes históricos diversos, já que se apoia no desenvolvimento da circulação de informações de um cotidiano que, não raro, são considerados menos importantes do que os assuntos políticos e militares. Assim sendo, por meio da leitura de inscrições funerárias latinas das libertas romanas, ambiciona-se realçar a atuação das mulheres em inúmeras frentes e meios de trabalho. A menção explícita à atividade laboral realizado por libertas, aliás, foi o critério utilizado para a seleção dos documentos analisados a seguir.

As inscrições analisadas neste estudo dizem respeito a libertas que desenvolviam suas atividades por conta própria ou por meio de parcerias ou associações com outras pessoas. Tais atividades, não raro, já faziam parte

de seus cotidianos desde antes da emancipação. Este é o caso, por exemplo, de Septícia Rufa (**Imagem 01**), responsável pelo batimento de ouro para que ficasse disposto no formato de folhas: trabalho desenvolvido em conjunto com Aulo Septício Apolônio. Por estar associado à produção de objetos de luxo (PÉREZ-GONZÁLEZ, 2021), pode-se reconhecer que esta liberta atuava em uma profissão que exigia técnica e especialização por parte das pessoas trabalhadoras:



Imagem 01: Inscrição funerária dos libertos Aulo Septício Apolônio e Septícia Rufa.

Foto: *Epigraphic Database Roma*

Inscrição:

A(ulus) Septicius A(uli) I(ibertus) / Apollonius / brattiar(us) / Septicia A(uli) I(iberta) / Rufa brattia/[ria(?)] ollas II.

Tradução nossa:

Aulo Septício Apolônio, liberto de Aulo, batedor de ouro. Septícia Rufa, liberta de Aulo, batedora de ouro. Duas urnas.

Literatura: CIL 06, 06939 = AE 1997, 00102 = AE 2012, 00129 = AE 2013, 00145 = EDR 108311. **Data:** 01-50 d.C.

Localização: Roma, Via Latina, Vigna Aquari. **Dimensões:** Alt. 17.7 cm; Larg. 22.5cm.

Conforme menção explícita da inscrição, ambos os personagens eram alforriados. Por requerer certo grau de especialização, a tarefa laboral em questão (*brattarius* e *brattaria*) poderia estar sendo desempenhada por ambos os libertos desde antes mesmo de terem assegurado sua liberdade. Neste caso, a presença da liberta Septícia Rufa torna patente a atuação feminina, também, na produção de objetos de luxo produzidos em Roma,

especificamente junto à família *Septicia*, cujo material epigráfico atesta uma ampla atuação na ourivesaria desenvolvida na *Via Sacra* (PÉREZ GONZÁLEZ, 2021, p.99). Por fim, pode-se mencionar que a referida inscrição, por suas características, pode ter sido utilizada em um *collumbarium*.

A atuação de libertas em conjunto com companheiros egressos da servidão também pode ser observada na inscrição da liberta Névia Clara (**Imagem 02**), identificada neste *cippus* como médica estudiosa. O fato de estes elementos serem apresentados em sua sepultura nos permitem presumir que tais profissões tinham particular importância na sociedade latina, e que mulheres, inclusive libertas, também tinham sua função e espaço nesse quadro profissional:



Inscrição:

C(aius) Naevius C(ai) I(ibertus)
Phi[lippus] / medicus chirurg(us) /
Naevia C(ai) I(iberta) Clara / medica
philolog(a) / in fro(n)te ped(es) XI
s(emis) / in agr(o) ped(es) XVI.

Tradução nossa:

Cáio Névio Filpos, liberto de Caio, médico cirurgião. Névia Clara, liberta de Caio, médica e estudiosa. A medida da sepultura, na frente, é de onze pés e meio, e sua profundidade é de dezesseis pés.

Literatura: AE 2001, 00263
= EDR 001214.

Data: 50 a.C. – 01 a.C.

Localização: Roma

Dimensões: Alt. 127 cm; Larg. 50 cm.

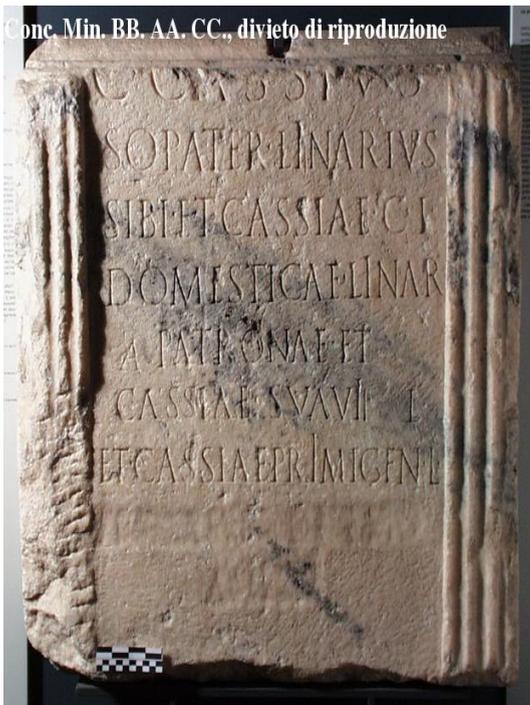
Imagem 02: Epitáfio dos libertos
Caio Névio Filpos e Névia Clara.

Créditos da Imagem:

Epigraphic Database Roma

Conc. Min., BB. AA. CC., oliveto di riproduzione

Ao passo que o liberto Caio Névio Filipo é identificado enquanto médico cirurgião, a médica Névia Clara, que talvez fosse sua liberta, carrega, além da identificação como médica, o adjetivo *philologa*, que traduzimos para o vernáculo como “estudiosa”. De acordo com Alfredo Buonopane (2002, p.121), esta especificação poderia, por um lado, indicar uma maior proximidade com os aspectos puramente teóricos da medicina, mas também, por outro lado, reforçar a qualidade intelectual desta médica para o exercício de sua profissão. O desempenho de um determinado ofício na companhia de outras pessoas de origem servil também pode ser observado noutras tantas inscrições. A título de exemplo, a estela funerária a seguir (**Imagem 03**) tornará patente esta condição:



Inscrição:

[V(ivus) f(ecit?)] / C(aius) Cassius
/ Sopater linarius / sibi et Cassiae
C(ai) l(ibertae) / Domesticae linar(iae)
/ {a} patronae et / Cassiae Suavi{l}
l(ibertae) / et Cassiae Primigeni(iae)
l(ibertae) / [[et C[3]o]] / [[amico]]

Tradução nossa:

Caio Cássio Sopater, tecelão [em vida fez este monumento] para si e para a patrona Cássia Doméstica, tecelã e liberta de Caio, para a liberta Cássia Suave, para a liberta Cássia Primigênia e para C[---] amigo.

Literatura: CIL 05, 05923 = AE 1995, 00663 = AE 2000, 00255.

Data: 01 – 100 d.C.

Localização: Milão

Dimensões: Placa marmórea, Alt. 73 cm; Larg.76 cm.

Imagem 03: Estela funerária dos Cassi.

Créditos da Imagem: Epigraphic Database Roma.

Além da identificação laboral, a inscrição também evidencia os distintos sistemas relacionais envolvidos à vida da tecelã Cássia Doméstica. Em vida, não apenas foi liberta de Caio Cássio Sopater, mas também patrona, e desempenhou a mesma função que ele, de tecelã. Além disso, outras libertas também são apresentadas, Cássia Suave e Cássia Primigênia, apesar de apenas a primeira ser identificada quanto ao seu trabalho. O estabelecimento de vínculos sociais, inclusive a menção ao “amigo”, demonstra que a organização profissional, sobretudo coletiva, poderia auxiliar os alforriados na superação do esvaziamento social outrora preconizado pela escravidão (PATTERSON, 1982).

Em decorrência da heterogeneidade da escravidão, o trabalho das libertas romanas era diversificado, e poderia se desenvolver até mesmo no âmbito das atividades artísticas, inclusive em espetáculos teatrais. Este é o caso da alforriada Cornélia Nothis (**Imagem 04**). Por meio do epitáfio encontrado em *Emerita Augusta*, atual Mérida, sabemos que esta personagem atuou como segunda mima em um grupo de apresentação teatral:

Inscrição:

Corne[ll]i[a] / P(ubli) l(iberta) Nothi[s] /
secunda mim[a] / Sollemnis et / Halyi / h(ic)
s(ita) [e(st)] s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).

Tradução nossa:

Aqui jaz Cornélia Nothis, liberta de Públio.
Segunda mima da [companhia] de Solene
e Hálío. Que a terra lhe seja leve.

Literatura: AE 1993, 0912 = AE

2017, 00616 = *HEp* 5, 1995, 97.

Data: 101-200 d.C. **Localização:**

Augusta Emerita (atual Mérida).

Dimensões: Alt. 46 cm; Larg. 26 cm; Prof. 30 cm.

Imagem 05: Lápide funerária de Cornélia Nothis.

Créditos da Imagem: Centro CIL II

(Mérida), *Universidad de Alcalá*.



O termo latino *Mimus* a princípio, poderia ser utilizado para fazer referência a performances teatrais distintas (MARSHALL, 2006, p.07). No entanto, estaria associado sobretudo a um tipo teatral popular em que os cantos, as danças e atuações ocorriam sob certo improviso. Ademais, tratava-se de um tipo teatral em que a utilização de máscaras ocorria apenas em ocasiões pontuais, específicas. Encenados sobretudo em âmbito urbano, em espaços como o teatro, o anfiteatro e os simpósios, o Mimo também poderia possuir um enredo literário como base. Na tradição textual antiga há poucas evidências diretas sobre o mimo. Destacam-se, em particular, os breves escritos do liberto Publílio Sírio, datados do século I a.C., e também as produções de Décimo Labério (105-43 a.C).

De acordo com os estudos de Marshall (2006, p.08) e Caldelli (2015, p.591), o *Mimus* era um dos poucos espetáculos teatrais que admitiam a presença de mulheres. As pessoas envolvidas nesse tipo de apresentação, quase sempre de origem servil, eram retratadas como pessoas infames pelas elites romanas (CALDELLI, 2015, p.591). A presença da liberta Cornélia Nothis em uma companhia de performances teatrais, por sua vez, reitera o semblante popular de uma prática cujos espaços, performances e canções (HORSFALL, 1996) eram parte fundamental dos principais momentos de fruição e sociabilidade (FUNARI, 2003) das pessoas comuns, mulheres e homens que retiravam do trabalho os meios recursos fundamentais para sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde seu surgimento, as teorias de gênero têm oferecido a possibilidade de (re)pensarmos as sociedades do presente e do passado sob uma perspectiva que desnaturaliza hierarquias admitidas como sempiternas.

No que se refere aos estudos sobre a Antiguidade, em particular, sua contribuição pode ser considerada inestimável, na medida em que evidenciou a arbitrariedade dos silenciamentos e obliterações em relação à experiência histórica das mulheres.

Ainda que de maneira sumarizada, este artigo procurou resgatar a experiência histórica de mulheres que, mesmo submetidas a um duplo critério de exclusão social (RUBIERA CANCELAS, 2014), contribuíram com a dimensão social, econômica e cultural de suas cidades por meio do trabalho: recurso desprezado pelos grupos sociais abastados. Reconstituir os passos dessas personagens, no entanto, exigiu a utilização da documentação material, em particular da epigrafia de tipo funerário, para uma compreensão sobre escravidão, mulheres e trabalho no Império Romano que não ficasse restrita aos preconceitos e estereótipos arrolados tanto pela tradição textual antiga, quanto pela historiografia moderna sobre esses temas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Isabella Tardin Cardoso, Lourdes Feitosa, Pedro Paulo Abreu Funari, Gabriela Isbaes, Nathalia Monseff Junqueira, Jordi Pérez-González e José Remesal Rodríguez. Mencionamos o apoio institucional da Unicamp, do CNPq e da FAPESP. A responsabilidade pelas ideias apresentadas neste artigo, entretanto, restringe-se aos autores.

FONTES ANTIGAS

CATÃO. *Da Agricultura*. Edição bilíngue. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CICERO. *De Officiis*. Transl. Walter Miller. Loeb Classical Library. Mass./London: Cambridge/Harvard, University Press, 1913.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*. Destrução da experiência e origem histórica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BELO, Tais Pagoto. Boudica nas Representações do Feminino. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, Julho de 2011.

BOTTÉRO, Jean. A escrita e a formação da inteligência na Mesopotâmia. In: BOTTÉRO, J; MORRISON, K. (Organizadores). *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BUONOPANE, Alfredo. *Medicae* nell'occidente romano: un'indagine preliminare. In: *Donna e lavoro nella documentazione epigrafica*. Atti del I Seminario sulla condizione femminile nella documentazione epigrafica. Fratelli Lega Editori, 2002. p.113-130.

CALDELLI, Maria Letizia. Women in the Roman World. In: BRUNN, C; EDMONDSON, J (Editors). *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: University Press, 2015. p. 582-604.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. *Arqueologia crítica e humanista*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

DUPRAT, Paulo Pires; FUNARI, P. P. A. Teuta, a rainha da Ilíria contra os romanos, uma abordagem feminista. *VI Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e V Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares*, na modalidade online, 2020.

DUPRAT, Paulo Pires. Trabalho feminino na Hispânia Romana: preconceitos e resgates. *Revista Hêlade*. Vol. 03, Nº 03. 2017. p. 107-129.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1951.

FEITOSA, Lourdes. *Amor e sexualidade*. O masculino e o feminino nos grafites de Pompéia. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2005.

- FEITOSA, Lourdes M.C.; RAGO, Margareth. Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênero na Antiguidade e Modernidade. IN: FUNARI, P. P.; RAGO, M. (orgs.) *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume Editora, 2008. pp. 107-121.
- FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu* (5), 1995. pp. 179-200.
- FUNARI, P.P.A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Annablume, 2003.
- FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Gênero e Conflitos no Satyricon. O Caso da Dama de Éfeso. *História: Questões & Debates*. n. 48/49, Curitiba: Editora UFPR, 2008, pp. 101-117.
- FUNARI, P. P.; MARQUETTI, Flávia Regina. De desejos e silêncios. IN: FUNARI, P. P.; MARQUETTI, F. R. (orgs.) *Autorretrato: gênero, identidade e liberdade*. Londrina: EDUEL, 2019. pp. 9-13.
- FUNARI, P. P.; MARQUETTI, Flávia Regina. Antiguidades e relações de gênero. IN: FUNARI, P. P.; MARQUETTI, F. R. (orgs.) *Autorretrato: gênero, identidade e liberdade*. Londrina: EDUEL, 2019. pp. 17-20.
- GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga e as camadas populares. Repensando o Império Romano. *Separata da Revista Cadmo*. Nº18. Lisboa, 2008, p. 169-180.
- HORSFALL, Nicholas. *La cultura della plebs romana*. Barcelona: PPU, 1996.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; CALDAS, Pedro Spinola Pereira (Trad.) *História da historiografia*, número 04. Ouro Preto, mar. 2010. pp. 105-124.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alameda, 2013.
- JOSHEL, Sandra Rae. *Work, identity and legal status at Rome: a study of occupational inscriptions*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1992.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Organizadoras). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 67-75.

- KNUST, José Ernesto Moura. Uma maldita diferença: a categoria trabalho na antiguidade greco-romana em contraposição à realidade capitalista. *Revista de História Comparada UFRJ*. Rio de Janeiro. Vol.13, Nº02. 2019. p. 07-43.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. 22(3):320, Florianópolis, setembro-dezembro/2014, pp. 935-952.
- MARSHALL, C.W. *The stagecraft and Performance of Roman Comedy*. Cambridge: University Press, 2006.
- MOURITSEN, Henrik. *The freedman in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death*. Harvard: University Press, 1982.
- PÉREZ-GONZÁLEZ, Jordi. *Sumptuary specialists and consumer elites in Rome's world order*. Col·lecció Instrumenta (75). Barcelona: Universitat de Barcelona Editions, 2021.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, J.; GROSSI, M. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. nº 11. Porto Alegre, jul. 1999. pp. 73-96.
- RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*. Vol. 30, nº 1, 2017. pp. 210-234.
- ROSTOVITZ, Mikhail Ivanovich. *Iranians and Greeks in South Russia*. Oxford: Clarendon Press, 1922.
- RUBIERA CANCELAS, Carla. *La esclavitud femenina en la Roma Antigua*. Famulae, ancillae et seruae. Oviedo: Ediciones Trabe, 2014.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Vol. 20, Nº02. 1995. p. 71-99.
- SILVA, Glaydson José da Silva. *Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

SILVA, Filipe N. Pela honra e em liberdade. Os libertos e a munificência cívica na *Baetica* (Séculos I e II d.C.). Tese de doutorado apresentada ao IFCH/Unicamp. Campinas, 2021.

THOMAS, Yan. Travail incorpore dans une matière première, travail d'usage et travail comme merchandise: le droit comme matrice des catégories économiques à Rome. In: ANDREAU, J; FRANCE, J; PITTIA, S (Eds). *Mentalités et choix économiques des Romains*. Paris: Boccard, 2004. p. 201-226.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.